



# TERMO DE REFERÊNCIA

## LICITAÇÃO

Contratação De Empresa Para Prestação de Serviço  
de Ginástica Laboral

## SUMÁRIO

<b>1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. ESTIMATIVA DE PREÇOS</b>	<b>4</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO</b>	<b>5</b>
<b>5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>	<b>5</b>
<b>7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</b>	<b>8</b>
<b>8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR</b>	<b>10</b>
8.1. Metodologia para a licitação	10
8.2. Classificação como objeto comum	11
8.3. Participação de consórcio de empresas e de cooperativas de mão de obra	11
8.4. Contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	12
8.5. Requisitos de habilitação	12
8.6. Proposta de preços	18
8.7. Exequibilidade da proposta	19
<b>9. ASPECTOS CONTRATUAIS</b>	<b>20</b>
9.1. Subcontratação e Alteração Subjetiva	20
9.2. Obrigações do CONTRATANTE	21
9.3. Obrigações da CONTRATADA	22
9.4. Procedimentos para pagamento	24
9.5. Vigência	26
9.6. Obrigações Pertinentes à LGPD	27
9.7. Reajuste	29
9.8. Dotação Orçamentária	30
9.9. Garantia de execução contratual	30
9.10. Rescisão contratual	30
9.11. Sanções administrativas	31
<b>ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA</b>	<b>35</b>
<b>ANEXO II – DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>	<b>38</b>

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ginástica laboral nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), conforme especificações descritas neste Termo de Referência e com vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Serviço de Ginástica Laboral	Sessões	7.776	R\$ 14,39	R\$ 111.896,64

**1.2.** Com base na organização operacional descrita neste Termo de Referência, estima-se a realização de **648 (seiscentas e quarenta e oito) sessões de Ginástica Laboral mensais**.

**1.2.1.** *Tal quantitativo constitui estimativa para fins de planejamento, formação do preço de referência e acompanhamento da execução, não caracterizando piso mínimo nem teto máximo mensal de execução ou faturamento, podendo variar conforme a dinâmica administrativa do Tribunal.*

**1.3.** A licitação será realizada em único item.

**1.4.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

**1.5.** Não há necessidade de o licitante (ou o fornecedor) atestar que conhece o local, as condições e peculiaridades para a entrega do objeto ou execução dos serviços.

**1.6.** O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum. (Art. 1º, parágrafo 6, inciso XIII, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021).

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. ESTIMATIVA DE PREÇOS

2.1. O valor total estimado da contratação para a prestação de serviços de ginástica laboral no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), pelo período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 111.896,64 (cento e onze mil oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos)**.

2.2. Foram considerados os seguintes parâmetros:

*2.2.1. Quantitativo aproximado de servidores, membros, estagiários e assessoria militar ativos: 1000.*

*2.2.2. Quantitativo de ambientes no Tribunal para realização da ginástica laboral: 27 ambientes.*

*2.2.3. Horários de realização das sessões (turnos): manhã (09:00 às 12:00) e tarde (14:00 às 17:00).*

*2.2.4. Frequência: 2 vezes por dia em cada ambiente (manhã e tarde), sendo 3 (três) vezes na semana (segundas, terças e quintas).*

*2.2.5. Duração aproximada da atividade: 15 minutos por ambiente/turno.*

*2.2.6. Quantidade aproximada de pessoas a serem atendidas nos 27 ambientes: 400.*

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**4.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** A contratada deverá apresentar um programa regular de atividade ao fiscal responsável indicado pelo TCE.

**5.2.** A contratada deverá ter capacidade operacional e tecnológica para realizar o programa de ginástica laboral.

**5.3.** A contratada deverá promover avaliação dos participantes para executar exercícios durante as atividades de trabalho, com o objetivo de distensionamento, alongamento, correção postural; avaliação de flexibilidade de cada colaborador, bem como a percepção de dores e/ou desconforto muscular; alteração periódica dos exercícios; orientações sobre exercícios de micro pausas; fornecer e empregar material acessório como bolinhas para exercício das mãos, bastões de ginástica, elástico etc. e música com volume controlado; aplicação de blitz de postura com orientação postural nos postos de trabalho, com formulários de registros; relatórios semestrais de gerenciamento dos trabalhos com indicação comparativa de desempenho nas unidades.

**5.4.** A contratada deverá disponibilizar profissionais com formação acadêmica em fisioterapia ou educação física, com registro nos respectivos órgãos de classe, e conhecimentos necessários para implantação do programa de atividades físicas, aplicada em locais de trabalho interno no TCE-PR - 27 ambientes distribuídos entre os prédios sede e anexo, durante os turnos de trabalho.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** A contratada realizará a ginástica laboral durante a jornada de trabalho para execução de exercícios específicos de compensação aos esforços repetitivos e às posturas inadequadas solicitadas nos postos operacionais.

**6.2.** As sessões serão executadas durante os turnos da manhã (09:00 às 12:00) e tarde (14:00 às 17:00) em uma frequência de 2 vezes por dia em cada um dos 27 ambientes do Tribunal nas segundas, terças e quintas de cada semana.

**6.3.** A atividade terá duração mínima de 15 minutos por ambiente/turno.

**6.4.** Registrar cada sessão por ambiente/turno (data, hora, duração, profissional responsável e responsável pelo ambiente), com lista de presença e ocorrências a serem consolidados no relatório mensal sob controle da DGP.

**6.5.** Os fiscais do contrato no Tribunal informarão à contratada como se dará a ordem de execução das sessões nos 27 ambientes assim como os dias de feriados e suspensão de expedientes, em que as sessões não poderão ser executadas.

**6.6.** A medição dos serviços e o faturamento da Contratada serão realizados **exclusivamente com base no número de sessões de ginástica laboral efetivamente executadas e devidamente registradas**, considerando o valor unitário por sessão definido no contrato, observado o previsto neste Termo de Referência.

**6.7.** As 648 sessões previstas no planejamento mensal constituem **estimativa operacional**, não gerando direito a faturamento quando não realizadas.

**6.8.** O valor devido à Contratada será apurado **exclusivamente com base no número de sessões efetivamente executadas**, observados os itens a seguir, multiplicado pelo valor unitário por sessão estabelecido no contrato. A estimativa mensal de sessões constitui **parâmetro de planejamento**, não caracterizando piso mínimo de faturamento, não sendo devido qualquer pagamento compensatório, indenizatório ou direito automático à reposição das sessões não realizadas, além do previsto neste Termo.

**6.9.** As sessões que deixarem de ser executadas, nos termos do item 6.8, **não serão objeto de faturamento**.

**6.10.** A execução de sessões em quantidade superior à estimada para o mês **não configura irregularidade**, desde que decorrente da dinâmica normal de funcionamento do Tribunal ou de ajustes operacionais definidos pela fiscalização do contrato. Nessas hipóteses, as sessões efetivamente realizadas e devidamente registradas **serão integralmente consideradas para fins de medição e faturamento**, aplicando-se o valor unitário por sessão previsto no contrato, observado o limite global da contratação.

**6.11.** Sessões iniciadas e não concluídas por motivo imputável à Contratada, incluindo ausência, atraso, necessidade de retirada antecipada do profissional, falha operacional ou indisponibilidade de substituto, **serão consideradas não realizadas**, não gerando direito a faturamento, observado o previsto no item 6.15.

**6.12.** Será considerado motivo imputável à Administração **exclusivamente aquele ocorrido de forma superveniente e durante a execução da sessão**, que determine sua interrupção imediata por necessidade institucional, operacional ou de segurança do Tribunal, devidamente registrada pela fiscalização do contrato.

*6.12.1. Nessa hipótese, a sessão interrompida será considerada como realizada para fins de medição e faturamento, uma vez que a interrupção não decorreu de conduta da Contratada.*

**6.13.** Não se caracterizam como motivo imputável à Administração, ainda, para os fins deste item, feriados, recessos, pontos facultativos ou suspensões de expediente previstos no Calendário Anual do TCE/PR.

*6.13.1. Nessas situações, as sessões não iniciadas **não serão objeto de faturamento**, por se tratarem de eventos inerentes à dinâmica administrativa do órgão.*

**6.14.** A não realização das sessões poderá ser compensada pela Contratada em até 30 (trinta) dias, mediante requisição pela Administração, caso haja comunicação pela Contratante com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas de fato que impeça a realização das sessões, como dedetização, manutenção predial, mudanças internas, indisponibilidade do ambiente ou eventos institucionais.

*6.14.1. Caso a comunicação pela Contratante seja feita em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas, as sessões correspondentes ao período serão consideradas realizadas.*

*6.14.2. Caso a compensação de que trata este item não seja realizada em 30 (trinta) dias, desde que por motivo não atribuível exclusivamente à Contratada, as sessões correspondentes ao período serão consideradas realizadas.*

**6.15.** As sessões iniciadas e não concluídas por motivo imputável à Contratada – item 6.11 – podem ser compensadas, a requerimento da Contratante, nos termos do item 6.14.

**6.16.** A comprovação da execução das sessões deverá ocorrer por meio de registros diários, contendo, no mínimo, data, horário, ambiente, duração, profissional responsável, ocorrências relevantes e responsável pelo ambiente, a serem consolidados em relatório mensal validado pela fiscalização do contrato.

**6.17.** Os profissionais que realizarem as sessões em cada ambiente farão um registro da execução em cada ambiente/turno para encaminhamento aos responsáveis pela fiscalização do contrato no Tribunal.

**6.18.** A execução das sessões nos termos de contrato será registrado em controle mensal pela Contratante e informada à Contratada.

**6.19.** Os materiais acessórios e de música serão fornecidos pela contratada para utilização durante as sessões da ginástica laboral.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1. Critério de Aceitação e Recebimento do Serviço**

**7.1.1.** *O recebimento e a aceitação deste objeto obedecerão ao disposto na Instrução de Serviço n. 181, de 30 de julho de 2024, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na seguinte forma:*

**7.1.2.** *O recebimento será feito provisoriamente, com a emissão e assinatura do Termo de Recebimento Provisório (TRP), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento dos serviços e demais documentações, para efeito de posterior verificação de conformidade dos requisitos constantes deste Termo de Referência; e*

**7.1.3.** *O recebimento será feito definitivamente, com a emissão e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações de ajustes.*

**7.1.4.** *A verificação de conformidade dos resultados e especificações definidas neste Termo de Referência será realizada com o preenchimento e assinatura do Relatório de Análise Técnica (RAT), por parte da equipe de fiscalização.*



*7.1.5. Na hipótese de a verificação de conformidade para emissão do recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.*

*7.1.6. Quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, os serviços poderão ser corrigidos e/ou substituídos, às custas da CONTRATADA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de emissão da notificação da inconformidade feita pela equipe de fiscalização do contrato.*

*7.1.7. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa apresentada e aprovada pela equipe de fiscalização em até 72 (setenta e duas) horas de antecedência de seu término.*

*7.1.8. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas, submetendo as entregas ou atividades impugnadas à nova verificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.*

*7.1.9. Durante o período dessa nova verificação, o pagamento correspondente ficará sobrestado até o saneamento necessário.*

*7.1.10. Caso a CONTRATADA não solucione definitivamente os vícios encontrados, no prazo fixado acima, o gestor do contrato irá recusar o objeto, no todo ou em parte, sem ônus para o CONTRATANTE.*

*7.1.11. A recusa do objeto deverá ser emanada por meio da emissão do Termo de Recusa, constando as desconformidades e procederá com a indicação das penalidades cabíveis.*

*7.1.12. Os recebimentos provisórios e/ou definitivos do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.*

## **7.2. Metodologia de Avaliação da Qualidade e Adequação**

*7.2.1. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo serviço, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual.*

*7.2.2. A execução do objeto contratado será acompanhada e fiscalizada por meio da avaliação dos serviços entregues pela CONTRATADA e seu atendimento a todos os*

*requisitos deste Termo de Referência, pela equipe de fiscalização designada pela CONTRATANTE.*

*7.2.3. A equipe de fiscalização deverá ser composta por, pelo menos, 2 (dois) servidores efetivos.*

*7.2.4. Os membros da equipe de fiscalização anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do contrato, indicando as ocorrências, as determinações consideradas necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados e demais informações relevantes.*

*7.2.5. É assegurado à equipe de fiscalização o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes deste Termo de Referência e seus anexos.*

*7.2.6. A equipe de fiscalização realizará a supervisão, gestão e recebimento dos serviços entregues.*

*7.2.7. Ao CONTRATANTE é reservado o direito de efetuar diligência, a qualquer tempo, em documentos exigidos neste Termo de Referência para averiguar sua veracidade e conformidade.*

*7.2.8. A equipe de fiscalização, caso identifique que os serviços não atendem a todas as especificações deste Termo de Referência, deverá informar ao preposto as inconformidades em até 9 (nove) dias úteis, contados da entrega do serviço.*

*7.2.9. A existência de fiscalização para os serviços contratados não exime ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA pela execução adequada de qualquer serviço.*

*7.2.10. A fiscalização e o controle não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e não implicam corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes.*

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

### **8.1. Metodologia para a licitação**

**8.1.1.** Esta contratação será realizada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

**8.1.2.** O critério de julgamento será o MENOR PREÇO GLOBAL.

**8.1.3.** Modo de disputa aberto/fechado.

## **8.2. Classificação como objeto comum**

**8.2.1.** A finalidade desta contratação enquadra-se como um bem ou serviço comum, conforme estipulado pela Lei de Licitação nº 14.133 de 2021. Segundo os termos desta legislação, bens e serviços comuns são definidos como aqueles cujos parâmetros de desempenho e qualidade podem ser estabelecidos de maneira objetiva pelo edital, seguindo as especificações tradicionalmente aceitas no mercado.

**8.2.2.** Dessa forma, a classificação apresentada se adequa perfeitamente ao objeto em questão, levando em consideração sua natureza explicitamente definida nesse Termo de Referência, bem como os padrões de desempenho estabelecidos nos Níveis Mínimos de Serviços.

## **8.3. Participação de consórcio de empresas e de cooperativas de mão de obra**

**8.3.1.** Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, bem como a participação de cooperativas de trabalho ou de mão de obra, no processo licitatório e na execução do objeto contratual.

**8.3.1.1.** A vedação à participação em consórcio fundamenta-se na natureza do serviço a ser prestado, que exige responsabilidade direta e individual da empresa contratada, com atuação coordenada e centralizada, inviável de ser devidamente garantida por estrutura consorciada.

**8.3.1.2.** A exclusão das cooperativas de mão de obra, por sua vez, decorre da incompatibilidade entre a natureza do contrato e a legislação que rege as cooperativas, considerando que o vínculo contratual pressupõe obrigações de ordem administrativa, técnica e gerencial que demandam atuação empresarial com responsabilidade individual e direta pela execução integral do objeto.

**8.3.1.3.** Tal restrição visa preservar o interesse público, assegurar a regularidade da execução contratual, a adequada supervisão dos serviços e a mitigação de riscos operacionais, jurídicos e trabalhistas.

## **8.4. Contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

**8.4.1.** Aplicam-se ao certame as disposições dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, observadas as limitações legais e as regras do edital.

**8.4.2.** A licitação será de ampla participação, sem exclusividade para ME/EPP, considerando o valor estimado do item superior a R\$ 80.000,00, permanecendo aplicáveis, quando cabível, os mecanismos de regularização fiscal e trabalhista e de critério de desempate previstos nos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, conforme disciplinado no edital.

**8.4.3.** Para fins de cumprimento ao Art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021, será exigida das licitantes que se enquadrem como ME/EPP e que desejarem usufruir dos benefícios legais a apresentação de declaração formal de que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **8.5. Requisitos de habilitação**

### **8.5.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

**8.5.1.1.** Documentação ordinária, em conformidade com os artigos 66, 68 e 70 da Lei nº 14.133/21.

### **8.5.2. Documentos relativos à qualificação técnica:**

**8.5.3.** Comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso (art. 67, II, §§º1 e 2º, da NLLC). Para fins da comprovação de que trata este subitem, os

atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.5.3.1.** *Comprovação de execução mínima de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto para UM ANO de serviço, ou seja, 7.776 sessões. Assim, deverá ser comprovada a execução de 3.888 sessões de ginástica laboral.*

**8.5.3.2.** *Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.*

**8.5.3.3.** *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.*

**8.5.4.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante (ou fornecedora).

**8.5.5.** O licitante (ou o fornecedor) disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto do contrato, entre outros documentos.

**8.5.6.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**8.5.7.** A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**8.5.8.** Serão exigidos, os seguintes requisitos especiais de Qualificação Técnico-Profissional:

**8.5.8.1.** *Indicação de profissional responsável técnico, devidamente registrado no respectivo conselho de classe, em plena validade, compatível com as atividades a serem desenvolvidas.*

**8.5.9.** O licitante deverá comprovar o vínculo empregatício, mediante apresentação de, pelo menos, um dos seguintes documentos:

**8.5.9.1.** *Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com registro que comprove a vinculação contratual com a empresa;*

**8.5.9.2.** *Cópia do contrato social da empresa, no qual conste o profissional como sócio;*

**8.5.9.3.** *Cópia do contrato de trabalho vigente celebrado entre a empresa e o profissional;*

**8.5.9.4.** *Declaração de futura contratação do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da declaração de anuência do referido profissional.*

**8.5.10.** O profissional indicado na forma supra deverá(ão) participar do planejamento técnico das sessões prescritas de ginástica laboral, e será admitida a sua substituição por profissional com formação equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.5.11.** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**8.5.12.** O proponente quando solicitado pelo TCE/PR, disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.;

**8.5.13.** Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da proponente, nem pela própria proponente.

**8.5.14.** São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente empresas por ela controladas ou empresas controladoras da proponente, ou empresas que tenham, no mínimo, uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente do atestado e da proponente.

**8.5.15.** Quando faltar informação no atestado ou existir dúvida em relação à sua veracidade, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como: cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, os quais deverão ser enviados por e-mail, em

até 4 (quatro) horas, contadas da solicitação, e seus originais ou cópias autenticadas encaminhados, via correio, em até 48 horas após a solicitação.

#### **8.5.16. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

**8.5.16.1.** Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**8.5.16.2.** Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**8.5.17.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício social referentes ao período de existência da sociedade.

**8.5.18.** A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

**8.5.18.1.** No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

**8.5.18.2.** No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado de exercício e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

**8.5.18.3.** Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar: o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

**8.5.19.** O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

$SG = AT / (PC + ELP)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

AT= Ativo Total

**8.5.20.** Quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1, comprovação de patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação.

**8.5.21.** O balanço patrimonial e as demonstrações de exercício social deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**8.5.22.** Como condição obrigatória para a habilitação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar, devidamente preenchido e assinado por contador habilitado no



respectivo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), o Anexo II – Declaração de Qualificação Econômico-Financeira, conforme exigido neste Termo de Referência. A ausência do referido apêndice ou seu preenchimento incompleto ou em desconformidade com os dados contábeis apresentados poderá ensejar a inabilitação do licitante, sem prejuízo da verificação posterior dos documentos e dos cálculos pela equipe de apoio do pregoeiro.

**8.5.23.** Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

**8.5.24.** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

**8.5.25.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

**8.5.26.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.5.27.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

**8.5.28.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.5.29.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**8.5.30.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

**8.5.31.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.5.32.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

**8.5.33.** A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

**8.5.34.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

**8.5.35.** Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

## **8.6. Proposta de preços**

**8.6.1.** A PROPOSTA DE PREÇOS, contendo o resumo das condições comerciais propostas, deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante no ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA.

**8.6.2.** Nos valores propostos, devem estar incluídos todos os gastos direta e indiretamente relacionados à execução dos serviços, abrangendo, mas não se limitando a: salários, transporte, seguros, encargos sociais, encargos fiscais e taxas comerciais, impostos, contribuições, tarifas públicas e quaisquer outros custos aplicáveis, necessários para o cumprimento integral do objeto contratado. Além disso, devem estar contemplados todos os custos acessórios referentes aos profissionais eventualmente designados para a prestação dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: deslocamentos, hospedagens, treinamentos, entre outros.

## **8.7. Exequibilidade da proposta**

**8.7.1.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a LICITANTE comprove a exequibilidade da proposta.

**8.7.2. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor de cada sessão estimado para o contrato.**

**8.7.3.** Para comprovar exequibilidade, as licitantes deverão apresentar justificativas fundamentadas em arcabouço documental que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas necessárias à completa execução do objeto contratual.

**8.7.4.** Meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar a exequibilidade.

**8.7.5.** São exemplos de documentações complementares que poderão ser solicitadas das LICITANTES para embasar a análise de exequibilidade e/ou inexecuibilidade dos preços ofertados:

- a) CONTRATO(S) e FATURA(S) com objetos e preços compatíveis aos ofertados pelas LICITANTES para a presente contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e

declaração(ões) de CONTRATANTES que comprovem a execução satisfatória do objeto;

- b) MEMÓRIAS DE CÁLCULO, registros profissionais ou evidências documentais que comprovem a viabilidade do valor ofertado, baseando-se, primariamente, nos parâmetros de custos de insumos, salários, incidência de custos indiretos, tributos e lucro.

**8.7.6.** Todas as informações fornecidas estarão sujeitas a diligências nos termos da lei.

**8.7.7.** Na diligência será verificado se o preço proposto pela empresa é compatível com o praticado nos contratos apresentados cujo objeto seja compatível com esta contratação, considerando os padrões de qualidade esperados e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Apêndices/Anexos.

**8.7.8.** Havendo indício de inexecuibilidade, serão instauradas tantas diligências quantas forem necessárias para que as LICITANTES ofertantes possam comprovar sua exequibilidade e/ou para que as áreas competentes tenham segurança suficiente para decidir por sua classificação ou desclassificação.

**8.7.9.** Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecuibilidade do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Apêndices/Anexos, a LICITANTE será desclassificada e será então convocada a próxima LICITANTE, respeitada a ordem de classificação do Pregão.

**8.7.10.** No caso de desclassificação da LICITANTE, será convocada a próxima licitante classificada para envio da proposta de preços e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos especificados e seja declarada vencedora.

## **9. ASPECTOS CONTRATUAIS**

### **9.1. Subcontratação e Alteração Subjetiva**

**9.1.1.** É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, nos termos do disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021. A execução das atividades previstas neste Termo

de Referência deverá ser realizada **exclusivamente pela empresa contratada**, que deverá dispor de estrutura, equipe e capacidade técnica próprias para o cumprimento integral das obrigações assumidas.

**9.1.2.** Da mesma forma, é **proibida a alteração subjetiva do contrato**, ou seja, a substituição da empresa contratada por terceiros.

**9.1.3.** Essas vedações têm como objetivo **assegurar a continuidade, a responsabilidade direta e a rastreabilidade da execução do contrato**, bem como preservar a integridade da proposta vencedora do certame e garantir a conformidade com os critérios de habilitação e julgamento que fundamentaram a contratação.

## 9.2. Obrigações do CONTRATANTE

**9.2.1.** Designar responsáveis para a gestão e fiscalização do objeto contratual.

**9.2.2.** Comunicar à CONTRATADA sobre mudanças de pessoal na equipe de fiscalização do contrato.

**9.2.3.** Fiscalizar o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, sendo permitida a participação de terceiros para prestar assistência/informações, registrando as inconsistências porventura existentes.

**9.2.4.** Dirimir eventuais dúvidas e prestar todos os esclarecimentos à CONTRATADA necessários à execução contratual.

**9.2.5.** Esclarecer à CONTRATADA como serão realizados os procedimentos operacionais/administrativos para a execução e gestão do contrato.

**9.2.6.** Notificar formalmente a CONTRATADA quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**9.2.7.** Permitir o acesso de representantes, prepostos e/ou empregados da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências do CONTRATANTE mediante a comunicação e autorização prévias.

**9.2.7.1.** Esse acesso se dará sob ciência de colaborador designado pelo CONTRATANTE e deverá observar as normas de segurança institucional.

**9.2.8.** Conferir e validar toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando estiverem em conformidade com os padrões exigidos.

**9.2.9.** Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

**9.2.10.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

**9.2.11.** Promover, se necessário, reuniões (inicial e/ou outras) devidamente registradas em ATA, para esclarecimento das obrigações contratuais e avaliação da qualidade da execução contratual.

**9.2.12.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, no valor correspondente à prestação do serviço de acordo com as condições e prazo, ante ateste das notas fiscais, conforme estabelecido neste Termo de Referência

**9.2.13.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

**9.2.14.** Acompanhar a frequência mensal dos profissionais na execução das sessões prestadas pela empresa nos 27 ambientes do Tribunal dentro de cada turno especificado.

### **9.3. Obrigações da CONTRATADA**

**9.3.1.** Realizar os serviços de acordo com as especificações, prazos e local constantes deste Termo de Referência e da sua proposta.

**9.3.2.** Participar da reunião inicial e outras reuniões convocadas pelo CONTRATANTE.

**9.3.2.1.** Essas reuniões devem ser convocadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data marcada.

**9.3.3.** Designar formalmente, em até 02 (dois) dias após a reunião inicial, 01 (um) profissional de seu quadro para atuar como preposto.

**9.3.4.** Ter pleno conhecimento de todas as condições, características, procedimentos e peculiaridades do objeto contratado, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento acerca do contrato.

**9.3.5.** Cumprir integralmente as especificações e prazos neste Termo de Referência, garantindo a qualidade dos serviços prestados.

**9.3.6.** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os meios, esclarecimentos e orientações necessários à fiscalização da execução dos serviços.

**9.3.7.** Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus, diretos e indiretos, referentes a execução do objeto contratual.

**9.3.8.** Responder/atender a contatos, orientações, exigências e/ou solicitações da equipe de fiscalização no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados a partir do envio de comunicação/solicitação.

**9.3.9.** Guardar sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual.

**9.3.10.** Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outrem a responsabilidade por problemas de fornecimento do objeto.

**9.3.10.1.** Responsabilizar-se sobre todos os atos de seus profissionais, por qualquer atividade técnica operacional ou intelectual que venha a causar danos ou prejuízos ao Tribunal.

**9.3.10.2.** Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados e/ou preposto causarem ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo de imediato os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus e a responsabilidade decorrente.

**9.3.10.3.** Responsabilizar-se pela perda e/ou danos causados ao patrimônio fornecido pelo CONTRATANTE.

**9.3.11.** Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, no site “Compras Paraná” (GMS/CFPR – <http://www.comprasparana.pr.gov.br>).

**9.3.12.** Manter-se durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**9.3.13.** Apresentar toda a documentação relacionada ao faturamento e pagamento, conforme preceitos estabelecidos neste Termo de Referência.

**9.3.14.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor total.

- 9.3.15.** Operar como organização independente, fornecendo todos os materiais, instrumentos e mão de obra necessários à execução dos serviços contratados;
- 9.3.16.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos serviços, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relacionados ao contrato;
- 9.3.17.** Protocolizar nota fiscal eletrônica / fatura relativa ao numerário correspondente aos valores mensais da ginástica laboral, já considerando eventuais descontos em razão de faltas dos profissionais encarregados de realizar o serviço contratado.
- 9.3.18.** Executar o objeto do contrato em estrita conformidade com as disposições constantes no edital;
- 9.3.19.** Responder perante o contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes da execução do contrato;
- 9.3.20.** Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;
- 9.3.21.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 104 da Lei Estadual nº 15.608, de 2007.

## **9.4. Procedimentos para pagamento**

- 9.4.1.** O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, em conta bancária da empresa, após o recebimento definitivo, devendo ser protocolado o respectivo requerimento perante a Diretoria de Protocolo do Tribunal de Contas, juntando a Nota Fiscal/Fatura preenchida sem rasuras, a ser certificada pela Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, a quem competirá a fiscalização do objeto do presente Contrato, dando conta do cumprimento de todas as exigências e condições sobre os serviços executados em conformidade com normas previstas no Edital, seus documentos anexos e neste Contrato.
- 9.4.2.** Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço ou do documento fiscal, a depender do evento.



**9.4.3.** A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota discal/fatura os documentos a seguir referentes à regularidade fiscal e trabalhista:

**9.4.4.** Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os critérios tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os critérios tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e Às contribuições devidas, por lei, a terceiros.

**9.4.5.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

**9.4.6.** Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.4.7.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da CONTRATADA, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.4.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943.

**9.4.9.** O TCE/PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

**9.4.10.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TCE/PR.

**9.4.11.** Em caso de atraso no pagamento, motivado exclusivamente pelo TCE/PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

*I* = Índice de atualização financeira;

*TX* = Percentual da taxa de juros de mora anual;

*EM* = Encargos moratórios

*N* = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

*VP* = Valor da parcela em atraso

**9.4.12.** Na hipótese de irregularidade fiscal, a CONTRATADA deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das penalidades contratuais e rescisão da contratação.

**9.4.13.** O pagamento efetuado pelo TCE/PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

**9.4.14.** É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos recorrentes da contratação.

**9.4.15.** O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

## 9.5. Vigência

**9.5.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.5.2.** O presente contrato terá publicação de seu extrato no Diário Eletrônico do TCE-PR.

**9.5.3.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**9.5.4.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**9.5.5.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**9.5.6.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**9.5.7.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **9.6. Obrigações Pertinentes à LGPD**

**9.6.1.** *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

**9.6.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**9.6.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**9.6.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**9.6.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**9.6.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**9.6.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**9.6.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**9.6.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**9.6.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**9.6.11.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**9.6.12.** *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

**9.6.13.** *Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

## **9.7. Reajuste**

**9.7.1.** *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/02/2026.*

**9.7.2.** *Após o interregno de um ano, o valor por sessão será reajustado, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

**9.7.2.1.** *O direito a que se refere o item acima deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da CONTRATADA até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.*

**9.7.3.** *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

**9.7.4.** *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

**9.7.5.** *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

**9.7.6.** *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

**9.7.7.** *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

**9.7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**9.7.9.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.7.10.** O reajuste seguirá as fórmulas de cálculo abaixo:

$I_r = (I_1 - I_0) / I_0$  onde:

$I_r$  = índice de reajustamento;

$I_1$  = índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor; e

$I_0$  = índice correspondente à data do orçamento estimado.

$R = V_0 \times I_r$  em que:

$R$  = valor do reajustamento; e

$V_0$  = preço original da proposta, na data base (valor a ser reajustado).  $V_1$

$= V_0 + R$  em que:

$V_1$  = preço final já reajustado

## 9.8. Dotação Orçamentária

**9.8.1.** O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos do Orçamento Próprio do TCE/PR.

## 9.9. Garantia de execução contratual

**9.9.1.** Fica dispensada a exigência de garantia da execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto contratado consiste na prestação de serviço comum de ginástica laboral, de baixa complexidade operacional, sem envolvimento de riscos elevados à Administração ou de vultosos investimentos iniciais por parte da contratada, bem como considerando o valor mensal moderado do contrato, a natureza continuada do serviço, a possibilidade de fiscalização permanente pela Administração e a adoção de mecanismos contratuais suficientes para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, não se mostrando a exigência de garantia medida necessária ou proporcional para a mitigação de riscos da contratação.

## 9.10. Rescisão contratual

**9.10.1.** O contrato pode ser extinto antes que as obrigações nele estabelecidas sejam cumpridas ou antes do prazo fixado, com base nos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por meio de entendimento mútuo, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**9.10.2.** A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das sanções administrativas.

## **9.11. Sanções administrativas**

**9.11.1.** *O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:*

**9.11.1.1.** advertência;

**9.11.1.2.** multa;

**9.11.1.3.** rescisão contratual;

**9.11.1.4.** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TCEPR;

**9.11.1.5.** declaração de inidoneidade; e

**9.11.1.6.** descredenciamento do sistema de registro cadastral.

**9.11.1.7.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**9.11.2.** *As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:*

**9.11.2.1.** Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

**9.11.2.2.** Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

**9.11.2.3.** M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total estimado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

**9.11.2.4.** M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total estimado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

**9.11.2.5.** M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total estimado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

**9.11.2.6.** Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

**9.11.2.7.** G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total estimado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

**9.11.2.8.** G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado.

**9.11.3.** O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

Condutas		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	Quando o preposto e/ou responsável técnico não se apresentar em reunião pré-agendada	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	Atraso injustificado nos serviços		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	O desatendimento de determinações regulares da equipe de fiscalização	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
7	Não responder a contatos e/ou solicitações da equipe de fiscalização no prazo estabelecido	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
8	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
9	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
10	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez
11	A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato						1ª vez



12	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
13	Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência dentro dos prazos estipulados	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

**9.11.4.** O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

**9.11.5.** O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

**9.11.6.** Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

**9.11.7.** No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total estimado, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.

**9.11.8.** A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

**9.11.9.** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA.

**9.11.10.** Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

**9.11.11.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao TCE-PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**9.11.12.** As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

Curitiba, 12 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente.

**Flavio Alves de Carvalho Sampaio**  
Auditor de Controle Externo

Documento assinado digitalmente.

**Vivianéli Araujo Prestes**  
Auditora de Controle Externo

## ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

<b>PREGÃO:</b>	_____/2026
<b>REQUERENTE:</b>	DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
<b>OBJETO:</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ginástica laboral nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), conforme especificações descritas neste Termo de Referência e com vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Serviço de Ginástica Laboral	Sessões	7.776	R\$ XX,XX	R\$XXX.XXX,XX

### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Completo:

Cidade/UF:

CEP:

FONE/FAX:

E-mail:

### DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

### IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome Completo (sem abreviatura):

CPF:

Identidade / Órgão Expedidor:

Cargo/Função:

Endereço Completo:

Cidade/UF:

CEP:

Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias, contados da data limite estipulada para a apresentação.

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes

da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;

- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) A proposta deve ter validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

\_\_\_\_\_  
Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

## ANEXO II – DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A empresa abaixo identificada, por meio de seu representante legal e de seu contador regularmente habilitado, apresenta os resultados dos índices econômico-financeiros exigidos no **item 8 do Termo de Referência**, com base no balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, ou do último exercício social, conforme o caso, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

- 1. Identificação do Licitante**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Valor Estimado da Contratação: R\$ \_\_\_\_\_

☐ A empresa foi constituída há menos de 2 (dois) anos e, portanto, apresenta os documentos contábeis do último exercício social, conforme §6º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

- 2. Índices Econômico-Financeiros**

(Preencher os campos abaixo com os dados de cada exercício social. Caso a empresa tenha menos de dois anos, preencher apenas o último exercício.)

### 2.1. Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Exercício	LG Calculado	Resultado
		<input type="checkbox"/> Atende (LG > 1) <input type="checkbox"/> Não atende

		<input type="checkbox"/> Atende (LG > 1) <input type="checkbox"/> Não atende

## 2.2. Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Exercício	LC Calculado	Resultado
		<input type="checkbox"/> Atende (LC > 1) <input type="checkbox"/> Não atende
		<input type="checkbox"/> Atende (LC > 1) <input type="checkbox"/> Não atende

## 2.3. Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Exercício	SG Calculado	Resultado
		<input type="checkbox"/> Atende (SG > 1) <input type="checkbox"/> Não atende
		<input type="checkbox"/> Atende (SG > 1) <input type="checkbox"/> Não atende

### • 3. Adicional

Caso **qualquer** dos índices **LG, LC ou SG** apurados em qualquer dos exercícios seja **igual ou inferior a 1**, a empresa **DECLARA** que comprova **Patrimônio Líquido (PL) ou Capital Social (CS) mínimo de 10%** do valor máximo da contratação, conforme exigência do Termo de Referência.

### 3.1 Informações para comprovação (preencher quando aplicável)

**Valor máximo estimado da contratação:** R\$ 111.896,64

**10% do valor máximo (0,10 x valor máximo):** R\$ \_\_\_\_\_

Assinalar a forma de comprovação (uma opção):

☐ **Patrimônio Líquido (PL)  $\geq$  10%** — Valor do PL: R\$ \_\_\_\_\_

☐ **Capital Social (CS)  $\geq$  10%** — Valor do CS: R\$ \_\_\_\_\_

• **4. Conclusão do Licitante**

☐ A empresa ATENDE a todos os requisitos de qualificação econômico-financeira exigidos no item 8 do Termo de Referência.

☐ A empresa NÃO ATENDE aos requisitos de qualificação econômico-financeira.

Observações (se houver):

---

---

---

• **5. Declaração do Contador**

Declaro, sob as penas da lei, que os dados e cálculos apresentados neste apêndice foram extraídos das demonstrações contábeis da empresa acima identificada, referentes aos dois últimos exercícios sociais (ou ao último exercício, nos casos permitidos), e que refletem a real situação econômico-financeira da mesma.

- Nome do Contador: \_\_\_\_\_
- CRC nº: \_\_\_\_\_
- UF: \_\_\_\_\_
- Telefone: \_\_\_\_\_
- E-mail: \_\_\_\_\_



Local e Data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Contador: \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal: \_\_\_\_\_